

BACIA DO PARDO



Revista do Comitê da Bacia Hidrográfica do Pardo

Ribeirão Preto, janeiro, fevereiro e março de 2021 - ANO XXI - Nº 39

*Água,
o valor
da vida!*



Editorial

Estamos vivenciando uma época histórica, onde cada vez mais a natureza nos mostra, que se não cuidarmos dos recursos naturais adequadamente, se o desmatamento, as queimadas, o uso de agrotóxicos continuarem, se governantes, empresários e políticos não acreditarem na Ciência, a crise na Saúde Pública se agravará ainda mais.

E continuaremos acompanhando notícias de mortes que poderiam ser evitadas, afinal não estamos mais num tempo onde a guerra era contra um inimigo invisível, onde os cientistas não tinham tantos recursos. Ao longo dos anos, a Ciência avançou extraordinariamente, mas a exemplo do passado, pessoas negacionistas continuam a existir, infelizmente.

As doenças são produtos de um meio ambiente doente, onde o equilíbrio natural sofre a intervenção humana, que polui recursos hídricos, destrói florestas, ecossistemas, mata, mutila animais e plantas inocentes, que são invadidos por uma desenfreada busca pelo lucro guiada pela ignorância.

Temos que formar um exército de defensores, comprometidos com a verdade, com as bases científicas, com o bom senso.

Há muitas pessoas que fazem o que é certo, que estudam, trabalham e não medem esforços para que haja uma evolução continua nos cuidados com o meio ambiente.

Sim, será difícil, mas venceremos!



Ribeirão Preto, janeiro, fevereiro e março de 2021 - ANO XXI - nº 39

EXPEDIENTE

Revista Bacia do Pardo é a publicação oficial do Comitê da Bacia Hidrográfica do Pardo, com periodicidade trimestral

SECRETARIA EXECUTIVA DO COMITÊ:

Rua Olinda, 150 - CEP: 14.025-010 - Ribeirão Preto/SP

CONSELHO EDITORIAL:

Ângela Maria Magosso Takayanagui, Cláudio Henrique Bizutti Moreira,
Genésio Abadio de Paula e Silva, José Roberto Carlos,
Marisa Heredia e Renato Crivellenti

Palavra do Presidente

Ao assumir a presidência do Comitê da Bacia Hidrográfica do Pardo, posso dizer que as perspectivas são as melhores possíveis, pois temos uma diretoria composta por pessoas altamente qualificadas, cada uma dentro de suas capacitações, com muita experiência.

Desde o meu primeiro mandato como prefeito de São Simão, venho acompanhado o trabalho de qualidade do CBH-Pardo e ainda mais agora, que tenho o privilégio, a honra de estar como presidente e poder colaborar com a diretoria. Devo confessar que estou muito feliz por ter sido escolhido pelos meus amigos prefeitos dos municípios que integram o Comitê, com este voto de confiança, que prometo corresponder com muita dedicação, a mesma que tenho com a minha cidade. É uma responsabilidade enorme estar aqui para compor a nova diretoria para a gestão 2021/2023.

Penso que uma das preocupações que teremos está voltada ao Saneamento Básico, que muitos municípios não têm. Há de se investir muito trabalho e recursos nesta área.

Não podemos pensar em um meio ambiente saudável, se algumas cidades têm um cuidado maior com o saneamento, com tratamento de esgoto adequado, enquanto outras não. Sofre o meio ambiente e conseqüentemente a população. Temos muito o que fazer, então vamos ao desafio. Que todos fiquem bem!



Marcos Daniel Bonagamba, prefeito municipal de São Simão, presidente do CBH-Pardo

DIRETORIA DO CBH-PARDO:

Presidente: Marcos Daniel Bonagamba (Prefeito de São Simão)

Vice-presidente: Marisa Heredia (Centro Universitário Moura Lacerda)

Secretário executivo: Renato Crivellenti (DAEE)

Secretário executivo adjunto: José Roberto Carlos (DAEE)

Coordenador de Câmara Técnica: Otávio Okano (CETESB)

Edição e Arte:



Telefone: (16) 3621 9332

Jornalistas responsáveis: Valéria Mosquiari (MTb 70.013)
Marcelo Mosquiari (MTb 39.801)

Editoração: Flávio Mammana

Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião deste veículo

Oportunidades do Novo Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH 2020/2023

A revista Bacia do Pardo entrevista Eduardo Trani, subsecretário do Meio Ambiente da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo - SIMA, cargo que ocupa desde 2019. Ele é arquiteto-urbanista pela FAUUSP (1975/1979); Mestre e Doutor em Planejamento Regional e Ambiental pela Universidade de Paris XII (1980/85); Professor Doutor em cursos planejamento urbano, regional e de gestão ambiental (1987/2020), atuou como Assessor e Superintendente de Planejamento da CDHU (1985/2008), chefe de gabinete da Secretaria de Habitação/ESP (2008/2010); Coordenador de Planejamento Ambiental da SMA (1995/2000 e 2015/2017); Secretário Adjunto de Meio Ambiente (2017-2018) e Secretário de Estado de Meio Ambiente (2018).



REVISTABACIA DO PARDO - Qual é a sua avaliação da evolução histórica do planejamento dos recursos hídricos no estado de São Paulo?

EDUARDO TRANI - “Tenho orgulho de ter participado diretamente na implementação do arcabouço normativo da Lei Estadual 7.663/91. Desde 1995, com o então secretário de Meio Ambiente Fabio Feldmann, e Stela Goldenstein, secretária-adjunta, enfrentamos o enorme desafio de instalar os Comitês de Bacia Hidrográfica, em parceria com os órgãos técnicos do Sistema, Secretaria de Recursos Hídricos, DAEE, Cetesb e a Coordenaria de Planejamento Ambiental - CPLA. Foram tempos excepcionais, de grande mobilização técnico-profis-

sional, mas sobretudo de visão prospectiva de uma política descentralizada, com participação tripartite da sociedade, para responder às necessidades urgentes de investimentos e de gestão integrada dos recursos hídricos. Qualidade e quantidade, aliadas a uma visão sistêmica da proteção da biodiversidade, eram o mote dos agentes públicos, para atingir os ideais do desenvolvimento sustentável.

Em menos de dois anos instalamos os 20 Comitês de Bacia, além do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí - PCJ, que já tinha sido implementado pioneiramente em 1993. Naquele momento a urgência do instrumento ‘Plano Estadual de Recursos Hídricos’ era essencial e

havia uma presunção que fosse feita por lei estadual, aprovado na Assembleia Legislativa para que tivesse um ‘enforcement’ mais rigoroso no seu cumprimento. Entretanto, a enorme complexidade de se juntar os Relatórios Zero, os Relatórios de Situação, as projeções do balanço hídrico, e o estabelecimento de metas para os períodos quadrienais de cada bacia hidrográfica, tornavam a tarefa praticamente inexecutável, sendo que uma única lei foi aprovada em 1994 para o período 1992/1995. Na nossa gestão (1996/1999) recordo-me que o projeto que foi encaminhado à ALESP - PL 005/96, tinha mais de 1.400 páginas, sendo incompatível para uma apreciação legislativa consequente. Desse modo, as revisões



posteriores foram feitas não mais com a pretensão de serem aprovadas por lei estadual, mas desde 2004 por deliberação do Conselho Estadual de Recursos - CRH, o que promoveu uma maior agilidade ao instrumento.

Na minha concepção creio que Planos Quadri- anuais, em qualquer área de atuação da política pública, devem ser feitos diretamente pelos agentes sociais responsáveis a exemplo dos CBHs, com base científica de diagnósticos sintéticos e cenários confiáveis, com ampla participação da sociedade, e lastreados em estratégias de fácil comunicação. O atual PERH-2020/2023, já sob a égide da lei 16.337/16, é de longe a melhor contribuição que o SIGRH paulista elaborou, e tem como **força motriz o tema da Integração**, compreendida nas suas múltiplas facetas: informações, bases de dados, objetivos estratégicos, investimentos, competências federativas, planos, programas e projetos prioritários com articulação interinstitucional”.

REVISTA BACIA DO PARDO- Diante dessa perspectiva, poderia nos apontar quais são as principais novidades trazidas pelo atual PERH-2020/2023?

EDUARDO TRANI - “A elaboração do PERH-2020/2023 trouxe aprimoramentos importantes que vinham sendo gestados desde o início da década passada. Mostrou-se necessário integrar muito mais essa política de gestão dos recursos hídricos com os aspectos de gestão intergovernamental, de política econômica e da agenda ambiental, um pouco desconectados até hoje.

Em 2019, com a junção das pastas de Recursos Hídricos, Energia e Meio Ambiente e a formação da atual Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente - SIMA, um passo em direção à coesão das ações foi dado nesse sentido: DAEE, Cetesb, EMAE e SABESP unidas com os institutos de pesquisa ambiental e a Fundação Florestal. O nosso atual secretário Marcos Penido e o secretário executivo Luiz Ricardo Santoro vêm se dedicando com vigor a uma agenda de integração institucional.

O aspecto mais relevante do Plano atual, a meu juízo, é o aprimoramento da metodologia do PERH. Traça-se um caminho seguro para a elaboração dos próximos Planos com melhorias substanciais. Adota-se modelagem inédita para a qualidade da água, em especial aquela aplicada à bacia do rio Tietê.

Acolhem-se índices de criticidade do balanço hídrico, com integração de parâmetros quanti-qualitativos. Ousa-se relacionar as metas do PERH com os ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 e, de igual modo, associá-los com o PPA – Plano Plurianual do orçamento do Estado, que adotou essa mesma metodologia desde 2016. Também inovador, é a admissão de cenários prospectivos para os anos meta 2035 e 2050, permitindo-se monitorar os rumos do PERH 2020/2023”.

REVISTA BACIA DO PARDO- Do seu ponto de vista, o que deveria ser priorizado para que se busque esse planejamento integrado?

EDUARDO TRANI - “Não se iludam que apenas com a assunção de um Plano Estratégico, com visão de fu-

turo e tecnicamente bem realizado, poderemos mudar os resultados da política de gestão sustentável dos recursos hídricos. Há um capítulo muito importante, também inovador no PERH, que identifica as principais criticidades para cada UGRHI paulista e são listadas recomendações para minimizá-las. Mas como responder à sua provocação sem ser prestidigitador? Creio que há uma série de oportunidades e rumos que podem ser priorizados com esse Plano. Vou elencar apenas três deles.

Em primeiro lugar, no âmbito da política regional, há que se adotar mecanismos mais ágeis, menos burocráticos e mais eficientes para a aplicação dos recursos do FEHIDRO e demais recursos orçamentários, além de ampliar a base de arrecadação. É urgente ter foco na alocação das prioridades elencadas nos PDCs – Programas de Duração Continuada de cada CBH. Para isso, a previsão das fontes e sua partição estão bem relacionadas no capítulo do Plano de Ação e de Investimentos para os próximos quadriênios. Mas precisamos de muito mais integração, agilidade e eficácia na alocação dos recursos. Além disso, o governo do estado deve zelar pela integração dos planos setoriais de resíduos sólidos (PERS 2020/2035), de macrodrenagem, de saneamento ambiental (atualmente em contratação), de proteção aos mananciais, de manejo de Unidades de Conservação, com base no uso intensivo e democrático da plataforma da Rede ZEE/ Zoneamento Ecológico-Econômico, a ser entregue à população em agosto deste ano.

zando a participação responsável dos municípios, principalmente com suas políticas setoriais associadas, fundamentais para a gestão das águas: controle do uso do solo urbano e rural – (impacto na habitação social e saúde), saneamento e drenagem, resíduos sólidos e preservação ambiental, sobretudo de nascentes, matas ciliares, fragmentos florestais e arborização urbana. Inúmeros instrumentos, incentivos e programas de apoio estão à disposição na SIMA para auxiliar essa tarefa.

E em terceiro lugar, a integração deve ser operada com a sociedade. Um choque de comunicação, campanhas de mídia e educação ambiental devem presidir o pós-Plano,

cujas prioridades devem assinalar as prioridades com a proteção da água, principalmente após a crise hídrica de 2014 e os impactos da pandemia na vida das pessoas.

REVISTA BACIA DO PARDO- Em termos de futuro, qual a sua visão para uma gestão hídrica responsável no estado de São Paulo?

EDUARDO TRANI - “Sou um contumaz e otimista servidor público e também um utópico professor para as novas gerações de especialistas e estudantes em gestão pública. Deste modo, acredito fortemente na capacidade incremental dos instrumentos de planejamento, normativos, econômicos e financeiros que o arcabouço da legislação de recur-

sos hídricos no estado de São Paulo inaugurou em 1991. E que este PERH compilou de forma tão assertiva.

A tangencialidade de uma política responsável em matéria hídrica é a urgência que ela representa na escala mundial, no Brasil e em São Paulo para a saúde da população, a competitividade econômica e o equilíbrio ecossistêmico dos biomas. Segurança hídrica, resiliência climática e salvaguarda da biodiversidade são as palavras-chave para um desenvolvimento socioeconômico justo e sustentável.

Portanto, o ‘futuro’ deverá focar **na diminuição progressiva da pressão antrópica** sobre a disponibilidade hídrica das bacias hidro-



Água, uma preciosidade
que todos precisamos cuidar

Parque Ecológico de Cravinhos



Prefeitura
Municipal de
Cravinhos



pressão antrópica sobre a disponibilidade hídrica das bacias hidrográficas (estabilização do crescimento demográfico, renovação tecnológica do sistema produtivo e da matriz energética, licenciamento e fiscalização integrados), **na redução dos aportes de cargas poluidoras sobre os mananciais de abastecimento e sobre as áreas cultivadas** (controle integrado das outorgas, incremento das soluções de saneamento, redução de perdas da rede de abastecimento, drenagem e regulação do uso do solo pelas prefeituras), **na redução da geração de resíduos sólidos** (coleta seletiva, logística reversa e consorciamento de municípios, rotas tecnológicas), **na proteção e conservação de florestas e unidades de conservação** (polos florestais produtivos, uso público de áreas protegidas, ecoturismo e educação ambiental), dentre outros. Para todas essas evidências programáticas há recursos financeiros e humanos, meios tecnológicos e programas públicos à disposição de toda sociedade.

Proponho um novo pacto social comprometido com cidades mais saudáveis e sustentáveis, atividades agrossilvipastoris de baixo carbono, indústrias com emissões de carbono neutro, e incremento tendencial das áreas com vegetação nativa em todo estado de São Paulo”.

REVISTA BACIA DO PARDO - Para finalizar, sugira como o CBH-Pardo poderia trabalhar de forma conjunta com a Secretaria de infraestrutura e Meio Ambiente, para colocar em prática o Plano Estadual?

“**Segurança hídrica, resiliência climática e salvaguarda da biodiversidade são as palavras-chave para um desenvolvimento socioeconômico justo e sustentável**”

EDUARDO TRANI - “O CBH-Pardo, inclusive pela sua prestimosa ação nos últimos anos, pode verificar que muitos desafios estão colocados para essa Bacia, com indicadores que inspiram preocupação sobre alguns temas relacionados no PERH-2020/2023. A SIMA coloca à disposição todos os canais de cooperação e de trabalho conjunto com os membros do Comitê.

Sugiro um alinhamento com nosso **PMVA – Programa Município VerdeAzul** para ações de gestão municipal para verificar os dados e instrumentos disponíveis para a gestão integrada. O **Comitê de Integração de Resíduos Sólidos - CIRS**, agrega uma agenda de players estratégicos e atualiza as ações e programas em andamento da SIMA.

O **Portal de Educação Ambiental da CEA – Coordenadoria de Educação Ambiental** disponibiliza materiais e informações especializadas. A **CRHi – Coordenadoria de Recursos Hídri-**

cos e os parceiros do **DAEE, Cetesb**, e órgãos descentralizados formam a rede de integração regional.

De igual modo, a **CPLA, Coordenadoria de Planejamento Ambiental**, poderá trabalhar, em breve, na capacitação para o uso da **Rede ZEE-Zoneamento Ecológico-Econômico**, instrumento de planejamento integrado para o uso do solo regional e municipal, visualizando-se as potencialidades e vulnerabilidades socioambientais do território paulista.

Por fim gostaria de informar que a SIMA está encarregada de apresentar um **Plano de Ação Climática do Estado de São Paulo “Net Zero-2050”**, no segundo semestre deste ano, acompanhado de um **Plano de Adaptação Climática** e da **revisão do Decreto 55.947/10 da PEMC – Política Estadual de Mudanças Climáticas**. Essa agenda deverá ser compartilhada com todos.

Agradeço o espaço desta entrevista para opinar sobre o futuro do planejamento das águas. Neste momento de reflexão profunda sobre os impactos das mudanças climáticas na saúde da população, com a pandemia do coronavírus, estou convicto que somente as evidências da ciência e a responsabilidade compartilhada dos atores sociais serão capazes de virar a página.

Devemos todos abraçar a oportunidade e comemorar os trinta anos de implementação do SIGRH no estado de São Paulo, melhorando-o a cada dia, fazendo a nossa parte.





3ª edição da Oficina de Elaboração de Projetos em Educação Ambiental para Financiamento do FEHIDRO

Câmara Técnica da Agenda 21 e Educação Ambiental



O atual cenário de pandemia de COVID-19, sem muitas perspectivas para o retorno das atividades presenciais com a segurança necessária, nos desafiou a dar continuidade a esse importante trabalho do Comitê que é orientar possíveis tomadores de recursos do FEHIDRO – Fundo Estadual de Recursos Hídricos – na elaboração de projetos em educação ambiental. A solução foi planejar uma oficina totalmente remota, o que despertou o interesse de um público maior, até mesmo de fora da Bacia, e de várias localidades do país.

Nesta terceira edição tivemos inscrições de pessoas de 56 cidades do Estado de São Paulo, dentre elas, 16 municípios da Bacia. Também tivemos inscritos de 10 estados da federação. A programação do Módulo I se dividiu em três dias consecutivos, 23, 24 e 25 de fevereiro, com encontros de duas horas de duração.

Os integrantes da Câmara Técnica carinhosamente se empenharam na realização da oficina desde a preparação até a exposição dos conteúdos, incluindo a Edna Costa, da ONG Vivacidade, que preparou todo o material digital. Os temas abordados foram:

“Fundamentação Conceitual de Educação Ambiental e Legislação em Educação Ambiental”, por Antônio Vitor Rosa do Laboratório Interdisciplinar de Formação do Educador – LAIFE/FFCLRP/USP.

“Conhecendo o FEHIDRO” e “Entendendo o Manual de Procedimentos Operacionais”, por Márcia Chiconelli da

Associação de Moradores do Parque dos Lagos e Simone Kandratavicius da Associação Cultural e Ecológica Pau Brasil.

“Orientações para Elaboração de Projetos em Educação Ambiental”, por Simone Kandratavicius da Associação Cultural e Ecológica Pau Brasil e Dalila Marsola da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto.

O resultado esperado desse primeiro módulo é que os participantes elaborem seus próprios projetos, que serão trabalhados no Módulo II, marcado para os dias 30 de março e 1º de abril. Neste módulo haverá atividade prática com a avaliação participativa dos projetos, compartilhamento das avaliações e orientações para o preenchimento das planilhas orçamentária e físico-financeira.

Com essa iniciativa, a Câmara Técnica espera um aumento na quantidade e qualidade dos projetos em educação ambiental apresentados ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Pardo para o pleito de 2021. Resultado alcançado na edição de 2018 e pretendido na edição de 2020, infelizmente interrompida no seu segundo módulo devido à pandemia.

Todo o conteúdo trabalhado no Módulo I da oficina está disponível no Blog da Câmara Técnica da Agenda 21 e Educação Ambiental no endereço eletrônico: <http://aeapardo.blogspot.com/p/biblioteca.html>

Simone Kandratavicius
(Secretária da CTAEA do CBH Pardo)

Assessoria
de Imprensa
Marketing e
Endomarketing

Organização
de eventos
presencial
e online

Criação de
logomarca

Arte final

com'art
comunicações



(16) 9 8804 7977

(16) 9 8811 4654

Produção e
gerenciamento de
conteúdo para
mídias sociais

Criação de site

Criação e
desenvolvimento
de revistas, jornais,
flyers, folders,
catálogos, cartazes,
banners, entre outros



Dia Mundial da Água enfatizou o valor e o significado do recurso para o mundo



O Dia Mundial da Água comemorado todos os anos no dia 22 de março, foi uma data sugerida na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 e passou a ser comemorada em 1993. A cada ano, um novo tema é escolhido.

Em 2021, o tema foi “Valorizar a água”. Em mensagem, o secretário-geral da ONU, Antônio Guterres, disse que *“o valor da água é profundo e complexo, porque não há nenhum aspecto do desenvolvimento sustentável que não dependa fundamentalmente dela.”*

Em todo o mundo, 2,2 bilhões de pessoas não têm acesso ao serviço. Em 2050, serão 5,7 bilhões vivendo em áreas com escassez de água pelo menos um mês por ano.

Para o chefe da ONU, a água significa proteção, *“uma defesa contra problemas de saúde e uma resposta aos desafios da mudança climática e a crescente demanda global.”*

O mundo ainda não encontrou a forma de garantir acesso à água e saneamento para todos até 2030, conforme a Agenda de desenvolvimento sustentável. Para Guterres, *“isso é inaceitável.”*

Dependência - A diretora-executiva da iniciativa Saneamento para Todos, do Fundo das Nações Unidas para a Infância, Unicef, Catarina de Albuquerque, falou à ONU News da importância do Objetivo

6 de Desenvolvimento Sustentável, sobre água e saneamento.

“Por exemplo, os objetivos definidos em relação às alterações climáticas estão intimamente ligados à forma como abordamos a falta de acesso à água, saneamento e higiene em termos de mitigação e de adaptação. Estou me referindo ao ODS número 13. Ou então a igualdade de gênero, que está consagrada no ODS 5. Não é possível, enquanto houver algumas que faltam à escola, por não terem casas de banho para utilizar em privacidade e em condições de dignidade quando estão, por exemplo, menstruadas.”

Parcerias - Catarina de Albuquerque foi a primeira relatora da ONU sobre o tema. Ela contou que em 2040, a demanda global de água deverá aumentar em mais da metade.

Ele também realçou a importância do *Encontro de Alto Nível*, na sede da ONU, que aconteceu em março, dizendo que a mudança deve começar com as lideranças globais.

“Eu acredito que a chave para acabar com as barreiras no acesso à água e ao saneamento está nas mãos dos chefes de Estado, chefes de Governo, ministros, todos aqueles que são responsáveis pela prestação destes serviços que, como sabemos, são direitos humanos”, disse.

Objetivos - Segundo a ONU News, Catarina explicou como a *Saneamento para Todos* (SWA na sigla em inglês), atua com mais de 300 parceiros para tentar mudar esta situação.

“Estamos trabalhando com os nossos parceiros em duas áreas. Na mobilização de atores políticos ao mais alto nível, ministros, chefes de Estado e de Governo, membros do Parlamento, porque a liderança no setor da água tem de vir de cima. E, por outro lado, lidando com outros setores que, como dizia, há pouco, são indispensáveis para que o setor da água funcione e outros setores que não podem ter sucesso se não tivermos água, saneamento e higiene para todos no mundo.”

Riscos - Hoje, a água está sob extrema ameaça devido ao crescimento populacional, as crescentes demandas da agricultura e da indústria e o agravamento dos impactos das mudanças climáticas.



Catarina de Albuquerque relatora especial da ONU sobre água e saneamento

“ O Fundo das Nações Unidas para a Infância diz que 20% das crianças do mundo não têm acesso à água, um total de 450 milhões de menores. São 37 países em situação crítica ”

Globalmente, são mais de 3 bilhões de pessoas em risco de doenças porque não existem informações sobre a qualidade da água de seus rios, lagos e lençóis freáticos.

Ao mesmo tempo, um quinto das bacias hidrográficas do mundo está passando por flutuações dramáticas na disponibilidade de água.

Crianças - Segundo dados da ONU, o abastecimento de água e o saneamento resilientes ao clima podem salvar a vida de mais de 360 mil crianças todos os anos.

Se o mundo limitar o aquecimento global a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais, o estresse hídrico induzido pelo clima pode ser reduzido em até 50%.

O secretário-geral afirmou, que a declaração conjunta assinada por cerca de 160 países, durante a reunião de alto nível da ONU sobre a água, é um sinal encorajador. **(ONU - News)**



UNICEF lança iniciativa “Segurança Hídrica para Todos”, focando crianças



Esta mulher em Madagascar caminha até 14 km por dia para encontrar água potável (Unicef/Safidy Andrianantenain)

Em todo o mundo, mais de 1,4 bilhão de pessoas não têm acesso à água. Deste total, 450 milhões são crianças. Em março, antes das comemorações do Dia Mundial da Água, o UNICEF, agência da ONU decidiu lançar um programa para socorrer essas crianças.

A iniciativa “*Segurança Hídrica para Todos*”, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF - United Nations International Children's Emergency Fund), vai atuar em 37 países considerados críticos.

O UNICEF mapeou zonas onde a escassez de água se sobrepõe a serviços precários do recurso. E as comunidades que vivem nessas regiões, muitas vezes, têm que buscar água até 30 minutos de distância.

A diretora-executiva do UNICEF, Henrietta Fore, disse que a crise

hídrica já existe há muito tempo e com a mudança climática, a situação será agravada.

Ela afirma que as crianças são as maiores vítimas quando os poços secam porque são elas que têm que sair para carregar água.

O UNICEF lembra que em casos de secas, as crianças sofrem com a má nutrição e a falta de crescimento. E quando chegam as enchentes, elas são as primeiras a se contaminar com doenças.

Contaminação - E sem água, elas não podem lavar as mãos para se proteger de infecções.

Em mais de 80 países, os menores estão vivendo com vulnerabilidade hídrica alta ou extremamente alta.

No leste e no sul da África, mais de 58% das crianças não têm água suficiente para viver. A região menos afetada é o Oriente Médio,

com 23% de crianças nesta posição, seguido pelo Sul da Ásia com 25%.

Já no oeste e no centro da África, quase um terço das crianças sente a falta do recurso.

Saneamento básico - Entre os 37 países afetados estão Afeganistão, Etiópia, Haiti, México, Quênia, Paquistão, Marrocos, Tanzânia, Somália e Iêmen.

Com o programa “*Segurança Hídrica para Todos*”, o UNICEF espera assegurar que cada criança tenha acesso ao fornecimento de água sustentável e resiliente ao clima. A agência da ONU quer mobilizar parceiros nos setores público e privado para ampliar a iniciativa como já acontece na Nigéria, onde 1,6 milhão de pessoas são atendidas com água segura e 2,5 milhões recebem saneamento básico. 



74ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Pardo (online)

A 74ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Pardo - CBH-PARDO aconteceu no dia 26 de março, de forma online, por meio de plataforma digital.

A reunião teve início com a discussão e aprovação da Ata da 73ª Reunião Ordinária.

Na sequência ocorreu a escolha e posse dos membros indicados para o biênio 2021/2023.

Após os informes da Secretaria Executiva/CNRH/Bacia do Rio Grande

e da Coordenadoria das Câmaras Técnicas, seguiram as deliberações:

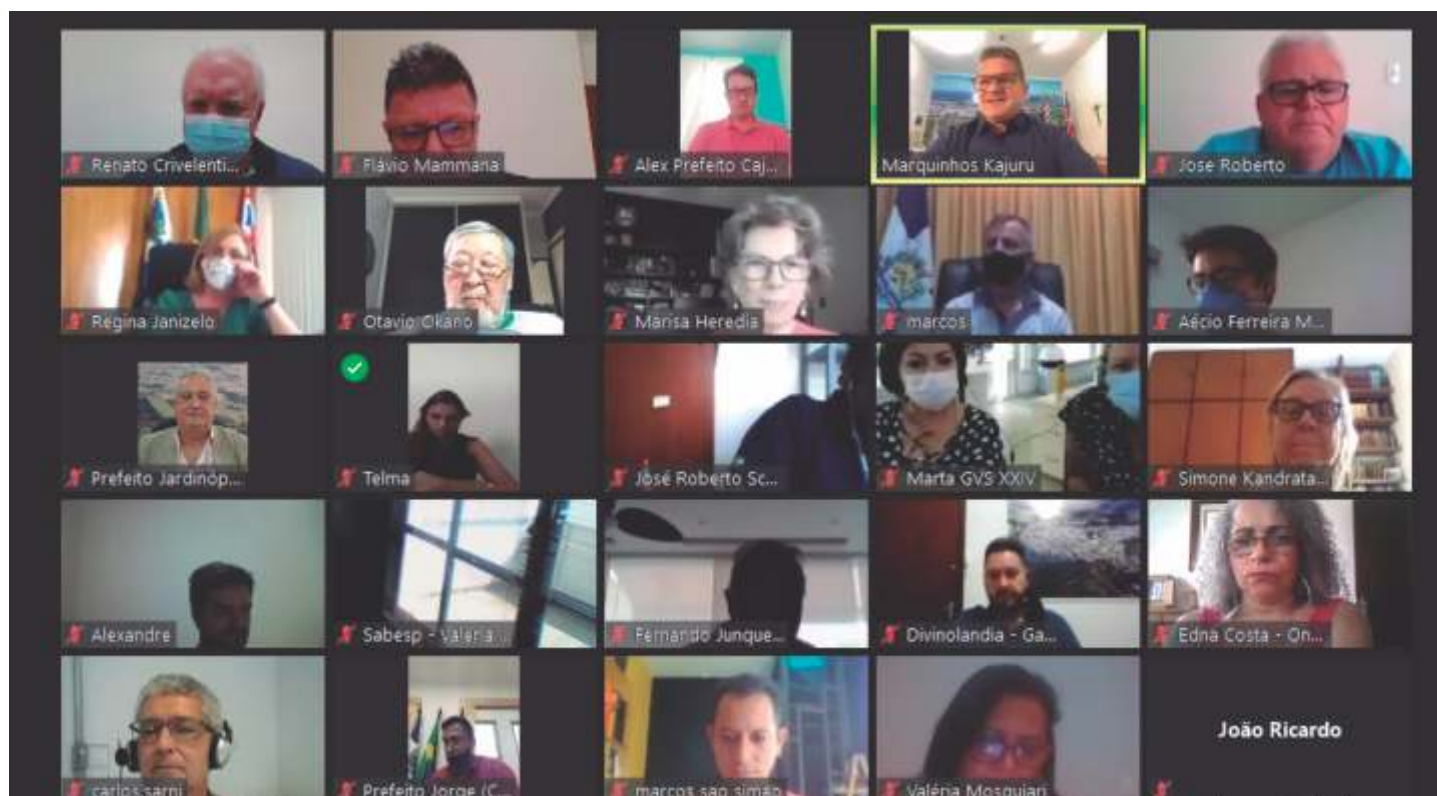
- **CBH-PARDO 291/21** - Homologação dos representantes dos segmentos Estado, Município e Sociedade Civil junto ao CBH-PARDO para o período de 01/04/2021 a 31/03/2023;

- **CBH-PARDO 292/21** - Indicação dos membros do Comitê que integrarão a diretoria do CBH-PARDO para o mandato relativo ao período de 01/04/2021 a 31/03/2023;

- **CBH-PARDO 293/21** - Aprova diretrizes e critérios para distribuição dos recursos do FEHIDRO e Cobrança pelo Uso da Água destinados à área do CBH-PARDO para 2021 e dá outras providências;

- **CBH-PARDO 294/21** - Aprova o Plano de Aplicação de Recursos da Cobrança para 2021 do Comitê da Bacia Hidrográfica do Pardo.

A 75ª Reunião Ordinária do CBH-Pardo ocorre em 18/06/2021.





A GS INIMA TRABALHA PARA GARANTIR ÁGUA DE QUALIDADE, PARA VOCÊ E PARA AS FUTURAS GERAÇÕES.

Quando dizemos que o **"Nosso presente é o seu futuro"** é porque levamos isso a sério. Através da prestação de serviços de saneamento geramos impacto positivo nas esferas econômica, ambiental e social de cada cidade atendida.

Somos responsáveis pelo projeto, construção, operação e manutenção das duas estações de tratamento de esgoto da cidade de **Ribeirão Preto**, atendendo uma população próxima a **700 mil habitantes**. Com investimentos superiores a **R\$ 300 milhões**, a empresa conduziu a construção de **169 km** de redes interceptoras de esgoto e **quatro estações elevatórias**.

Também fazem parte do grupo, concessões de mais duas cidades da macroregião: **Luiz Antônio** e **Santa Rita do Passa Quatro**, que são atendidas em concessão plena, tratando esgoto e distribuindo água de qualidade para a população com tecnologia de primeiro mundo.

Tudo para garantir hoje e para as futuras gerações mais saúde com água de qualidade.